

CESCE
O valor do crédito



Prevenção à Lavagem de Dinheiro de
Combate ao Financiamento do
Terrorismo (PLD/CFT)

AGENDA

- 1 | O QUE É LAVAGEM DE DINHEIRO?
- 2 | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
- 3 | PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO
- 4 | COMUNICAÇÃO
- 5 | PENALIDADES
- 6 | CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS

1 - O QUE É LAVAGEM DE DINHEIRO?

Segundo definição do COAF: “**O crime de LAVAGEM DE DINHEIRO caracteriza-se por um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de um país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita.**”

O ato de dissimular é a base da operação que envolve dinheiro proveniente de atividades ilegais. A expressão “lavar” remete à limpeza do dinheiro “sujo” devido a sua origem ilegítima.

O processo de lavagem de dinheiro costuma ocorrer em três etapas:

- 1) Colocação:** o criminoso realiza operações no sistema financeiro ou compra bens com o objetivo de ocultar a origem desses recursos.
- 2) Ocultação:** promove atos que visam quebrar a cadeia de evidências para dificultar o rastreamento dos recursos.
- 3) Integração:** os ativos são incorporados formalmente ao sistema financeiro.

2 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para os mercados regulados pela SUSEP, os principais normativos que regem a temática de Prevenção à Lavagem de Dinheiro de Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT) são:

- **Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998:** Lei primária relativa ao tema de PLD que tipifica os crimes de "lavagem" de dinheiro, determina obrigações de controles e de comunicação para diversos setores da economia e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

O **COAF** foi criado com a **missão de produzir Inteligência Financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo**, evitando que setores importantes da economia brasileira se tornem alvo de operações ilícitas.

- **Circular SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020:** Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo
- **Lei 13.260, de 16 de março de 2016:** Lei que definiu o terrorismo e que reformulou o conceito de organização terrorista no Brasil.
- **Lei 13.810, de 8 de março de 2019:** Lei que trata do congelamento de bens de terroristas e de financiadores do terrorismo. Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei N° 9.613, de 3 de março de 1998

Efeitos na operação:

- No Art. 10 a Lei explicita as ações que devem ser tomadas pelas seguradoras:
 - I - **identificar seus clientes e manter cadastro atualizado**, conforme as instruções do COAF e da SUSEP – as instruções estão elencadas no Art. 7º da Circular SUSEP 445/2012.
 - II - **manter registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira** ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pelo COAF e nos termos de instruções por este expedidas.
 - III - **adotar políticas, procedimentos e controles internos**, compatíveis com seu porte e volume de operações;
 - IV - **cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado na SUSEP**;
 - V - **atender às requisições formuladas pelo COAF**, preservando, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

2 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Circular SUSEP nº 612 de 2020

Efeitos na operação:

▸ As seguradoras deverão:

- I – **criar estrutura e implementar procedimentos de controles internos**, para identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de serem envolvidos em situações relacionadas à lavagem de dinheiro, e para prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, com relação às práticas operacionais;
- II – **realizar e manter atualizada a identificação de clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas**;
- III – **manter os registros, cadastros, análises de risco e demais documentos organizados e à disposição da Susep**;
- IV – **adotar as providências previstas na Circular em caso de operações com Pessoas Politicamente Expostas**;
- V – **comunicar à Susep, por meio do site do COAF**, nas condições descritas em próximos slides.

3 – PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

Todos os colaboradores têm, no exercício de suas atividades diárias, a obrigação de prevenir, identificar e comunicar aos seus superiores e ao departamento de Controles Internos, quaisquer fragilidades nos processos e sistemas que possam ser utilizados como meios para a concretização de crimes relacionados à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, valores e direitos ou financiamento ao terrorismo, sejam elas de caráter interno, externo e contábil.

Conforme Circular SUSEP nº 612 de 2020, as seguradoras devem realizar e manter atualizada a identificação dos clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas. Trata-se de um processo contínuo, que deve ser intensificado a cada transação, atendimento e relacionamento pessoal ou eletrônico.

Para isso é importante:

- Constatar que as informações recebidas dos clientes, corretores e prestadores de serviços provêm de fontes confiáveis e manter atenção contínua sobre as operações realizadas no decorrer relação de negócios.
- Identificar e informar ao departamento de Controles Internos os clientes qualificados como Pessoas Politicamente Expostas (PPE) e acompanhar em detalhe a relação.
- Observar as Políticas, Normas e Manuais Operacionais Internos, atendendo para o cumprimento dos processos descritos e as legislações correspondentes.

3 – PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

▸ Pessoas Politicamente Expostas:

Conforme definição da Circular Susep 612 de 2020, **expostas politicamente as pessoas naturais que ocupem ou tenham ocupado, nos 5 (cinco) anos anteriores, empregos ou funções públicas relevantes, assim como funções relevantes em organizações internacionais.**

Consideram-se pessoas expostas politicamente:

I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União:

a) de Ministro de Estado ou equiparado;

b) de Natureza Especial ou equivalente;

c) de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e

d) do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, ou equivalentes.

III - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal;

V - os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

3 – PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

VI - os presidentes e tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII - os governadores e secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalente de Estado e do Distrito Federal; e

VIII - os Prefeitos, Vereadores, os Secretários Municipais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas ou equivalente dos Municípios.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, também são consideradas pessoas expostas politicamente aquelas que, no exterior, sejam:

I - chefes de estado ou de governo;

II - políticos de escalões superiores;

III - ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

IV - oficiais gerais e membros de escalões superiores do poder judiciário;

V - executivos de escalões superiores de empresas públicas; ou

VI - dirigentes de partidos políticos.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, também são consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

3 – PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

▸ Pessoas Politicamente Expostas:

- Atendimento integral das exigências de dados cadastrais de clientes, beneficiários e outras partes diretamente relacionadas à operação para:
 - **Seguros Garantia:**
 1. No ato da contratação, relativa as informações cadastrais do tomador ou garantido; e
 2. Ao realizar qualquer tipo de pagamento, relativo às informações cadastrais do segurado
 - **Seguros de Crédito Interno e Crédito à Exportação:**
 1. Na devolução de prêmio, por cancelamento, de valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e
 2. Ao realizar qualquer tipo de pagamento, seja indenização ou de resgate.
- Para as Pessoas Politicamente Expostas (PEP), as exigências de identificação deverão ser cumpridas integralmente incluindo a **coleta e o armazenamento da documentação comprobatória**.
- No **caso de cosseguro**, apenas a seguradora líder está obrigada a manter os documentos e informações listadas.
- Para os **casos onde exista a atuação do corretor** como intermediário de venda de seguros, é importante atentar-se a que, embora o corretor seja o representante legal dos interesses do segurado, é da seguradora a responsabilidade de identificação de Pessoa Politicamente Exposta.

4 – COMUNICAÇÃO

- ▶ Mensalmente o departamento de Controles Internos enviará nos primeiros dias de cada mês do ano um **formulário**, disponível a todos colaboradores na Intranet da CESCEBRASIL , onde o gestor de cada área deverá responder se verificou durante o mês anterior alguma das operações consideradas como suspeitas.
- ▶ Serão consideradas **OPERAÇÕES SUSPEITAS** :

Grupo 1:

- Compra de apólices por pessoas físicas, com prêmio de valor igual ou superior a R\$ 100.000,00 no mês civil;
- Pagamento ou proposta de pagamento de prêmio fora da rede bancária, em valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 no mês civil;
- Devolução de prêmio, com cancelamento ou não de apólice, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000,00.

Grupo 2:

- Pagamento de prêmio, fora da rede bancária, por meio de cheque ou outro instrumento, por pessoa física ou jurídica, que não o segurado, sem razão justificável;
- Resistência em fornecer informações, ou fornecimento de informações incorretas, relativas à identificação ou à operação;
- Contratação por estrangeiro não residente de serviços prestados pela seguradora ou pela corretora, sem razão justificável;
- Propostas ou operações incompatíveis com o perfil socioeconômico, capacidade financeira ou ocupação profissional do cliente, beneficiário, terceiros, e outras partes relacionadas;
- Propostas ou operações discrepantes das condições normais de mercado;
- Pagamento a beneficiário sem aparente relação com o segurado, sem razão justificável;
- Mudança do titular do negócio ou bem imediatamente anterior ao sinistro, sem razão justificável;
- Transações, inclusive dentre as listadas no Grupo 1, cujas características peculiares, principalmente no que se refere às partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados, ou pela falta de fundamento econômico ou legal, mesmo que tragam vantagem à sociedade, ao ressegurador ou ao corretor, possam caracterizar indício de lavagem de dinheiro, de financiamento ao terrorismo, ou de qualquer outro ilícito;
- Utilização desnecessária, pelo ressegurador, de uma rede complexa de corretores para colocação do risco;
- Utilização desnecessária, pelo ressegurador, de corretor na transação;
- Avisos de sinistros aparentemente legítimos, mas com frequência anormal;
- Variações relevantes de importância segurada sem causa aparente;
- Operações do Grupo 1, de valores inferiores aos limites estipulados, que por sua habitualidade e forma configurem artifício para a burla de referidos limites.

4 – COMUNICAÇÃO

- Caso **NÃO** se verifiquem operações suspeitas:

O departamento de Controles Internos comunicará à Susep, a não ocorrência de propostas, transações ou operações suspeitas. Essa comunicação ocorrerá através de site até o dia 20 de cada mês, referente ao mês anterior, conforme descrito em Circular antes mencionada.

- Caso operações suspeitas **sejam reportadas**:

Para fins do disposto no inciso II do art. 11 da Lei nº 9.613/98, **devem ser comunicadas à Susep, no prazo de vinte e quatro horas contadas da operação, ou do conhecimento de condição que se enquadre como suspeita.** Ao comunicar à Susep, o departamento de Controle Internos deverá realizar os seguintes passos:

1. **Mencionar a participação ou o envolvimento de pessoa politicamente exposta se couber;**
2. **Mencionar o corretor intermediário da operação se houver; e**
3. **Realizar comunicação no site do COAF (<http://www.fazenda.gov.br/orgaos/coaf>), sem que seja dada ciência aos envolvidos.**

As comunicações de boa-fé, feitas na forma prevista no Art. 11, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa.

5 – PENALIDADES

Lei Nº 9.613, de 3 de março de 1998

- As sanções a serem aplicadas às seguradoras e aos seus administradores, que deixarem de cumprir as obrigações previstas nos Arts. 10 e 11 serão (aplicadas cumulativamente ou não):
 - I – **advertência** (por irregularidade de identificação de clientes e manutenção de cadastro e registro de transações);
 - II – **multa pecuniária** variável não superior:
 - a) ao dobro do valor da operação;
 - b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou
 - c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
 - III – **inabilitação temporária**, pelo prazo de até 10 anos, para o exercício do cargo de administrador de seguradora (aplicada em caso de infração grave ou reincidência específica de transgressão anteriormente punida com multa);
 - IV – **cassação ou suspensão da autorização** para o exercício de atividade, operação ou funcionamento (aplicada em caso de reincidência específica de transgressão anteriormente punida com multa);
- A multa será aplicada sempre que a seguradora, por culpa ou dolo:
 - a) deixar de sanar irregularidades objeto de advertência ou atender requisições do COAF e SUSEP, nos prazos estipulados;
 - b) não cumprir o disposto na Lei;
 - c) descumprir vedação; ou
 - d) deixar de fazer a comunicação de operação suspeita.

6 – CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS

De acordo com a Circular Susep nº 605, de 28 de maio de 2020, o prazo para guarda de documentos é de 5 anos, aplicando-se a todos os setores supervisionados pela Susep. Além disso, é permitida a digitalização de documentos originais, conforme os requisitos técnicos definidos na legislação.

Os colaboradores da CESCEBRASIL são responsáveis pela guarda e proteção dos documentos recebidos no exercício de suas funções, que podem ser solicitados pela SUSEP e pelo COAF, em especial os documentos referentes a:

- Cadastros
- Dispensa de documentos
- Contratos
- Processos de investigação
- Apólices e endossos, e eventuais cancelamentos
- Regulação de sinistros
- Pagamento de restituição ou indenização de sinistros
- Ressarcimentos
- Pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços
- Monitoramento de operações suspeitas e análise de ocorrências
- Comunicações aos órgãos reguladores, fiscalizadores e ao COAF

Quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários poderão ser encaminhados à Área de Controles Internos:

naiam@cescebrasil.com.br

Muito obrigada pela atenção!



www.cescebrasil.com.br | 55 11 2135-2450
cescebrasil@cescebrasil.com.br